

| | |
|--|--------------------------|
| PRIMEIRA-SECRETARIA | |
| Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo. | |
| Em <u>18 / 07 / 19</u> | às <u>10</u> h <u>13</u> |
| <u>Natalia</u> Servidor | <u>702186</u> Ponto |
| <u>Via correio</u> Portador | |

Ofício Nº 43 G/SG/AFEPA/SASC/PARL

Brasília, em 17 de julho de 2019.

Senhora Primeira-Secretária,

Faço referência ao Ofício 1ªSec/RI/E nº 580/2019, pelo qual Vossa Excelência encaminhou o Requerimento de Informação nº 685/2019, de autoria dos deputados Ivan Valente (PSOL/SP), Fernanda Melchionna (PSOL/RS), Áurea Carolina (PSOL/MG), David Miranda (PSOL/RJ), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Luiza Erundina (PSOL/SP), Sâmia Bomfim (PSOL/SP), Glauber Braga (PSOL/RJ), Marcelo Freixo (PSOL/RJ) e Talíria Petrone (PSOL/RJ), em que se "solicita ao Exmo. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Ernesto Araújo, informações acerca de questionamentos realizados pelo Comitê para Eliminação da Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas ao Brasil sobre a BR-080 e outros assuntos".

2. Em resposta, presto, a seguir, as informações pertinentes:

Pergunta 1: "Este Ministério tem ciência de que o Brasil foi demandado pelo CERD a responder sobre alegações de violação dos direitos do povo Xavante e outros povos indígenas em projetos de infraestrutura localizados em território indígena e suas

A Sua Excelência a Senhora
Deputada Soraya Santos
Primeira-Secretária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Fls. 2 do Ofício Nº 41 G/SG/AFEPA/SASC/PARL

proximidades, marcadamente a BR-080? Este Ministério reconhece que de acordo o artigo 9 da Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, o Brasil deve responder a estes questionamentos? Qual será o papel deste Ministério para assegurar que uma resposta seja enviada ao CERD no prazo estabelecido de 8 de julho deste ano?"

3. Resposta: O Comitê para Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas (CERD, na sigla em inglês) acolheu, durante sua 98ª Sessão (Genebra, de 23/04 a 10/05/19), denúncia contra o Estado brasileiro, no marco do procedimento de urgência e de medidas de alerta precoce ("early-warning and urgent action procedures"), referente à construção de rodovias e ferrovias no Estado de Mato Grosso e seu alegado impacto sobre os direitos dos povos Xavante e outros povos indígenas, bem como à Medida Provisória 870, por meio da qual as funções de demarcação de terras indígenas foram transferidas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O Estado brasileiro foi informado por meio de nota verbal à Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas e Demais Organismos Internacionais em Genebra, recebida no dia 15 de maio.

4. A resposta brasileira à denúncia em apreço foi protocolada junto ao CERD no dia 8 de julho, em obediência ao prazo estipulado por aquele órgão em sua nota ao Estado e em conformidade com o artigo 9 (1) da Convenção sobre a



Fls. 3 do Ofício Nº 41 G/SG/AFEPA/SASC/PARL

Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ICERD) e com o artigo 65 das regras de procedimento do Comitê.

5. A resposta foi elaborada em coordenação entre os Ministérios das Relações Exteriores (MRE); da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH); da Infraestrutura (MI); da Saúde (MS); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); bem como a Advocacia-Geral da União (AGU); a Fundação Nacional do Índio (FUNAI); o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); e os respectivos entes federativos.

Pergunta 2: "Qual a razão para que o Brasil ainda não tenha submetido os 18º, 19º, e 20º relatórios periódicos ao CERD? Quando estes relatórios serão enviados ao referido Comitê? Qual Ministério é responsável por coordenar a elaboração e envio destes relatórios?"

Pergunta 3: "Os referidos relatórios periódicos já foram elaborados e/ou estão em fase de elaboração? Em caso afirmativo, solicita-se o envio de cópias dos relatórios em questão, estudos e documentos base no estágio em que se encontram".

6. Resposta: No dia 25 de fevereiro, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damarens Alves, titular da pasta que coordena a elaboração dos



Fls. 4 do Ofício Nº 41 G/SG/AFEPA/SASC/PARL

relatórios em apreço, comprometeu-se, em discurso durante o segmento de alto nível da 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, a "apresentar, durante sua gestão, todos os relatórios do Brasil que estão pendentes nos órgãos de tratado, alguns dos quais em atraso por quase uma década".

Pergunta 4: "Este Ministério acredita que o Brasil deva recorrer à assistência do Mecanismo de Especialistas sobre Direitos dos Povos Indígenas (EMRIP, por sua sigla em inglês), conforme sugerido pelo CERD? Por quê?"

7. Resposta: Em linha com a posição de princípio do Brasil de manter diálogo aberto e construtivo com os órgãos de tratado das Nações Unidas, a proposta está sob consideração interministerial, e está sendo avaliada nos planos operacional e político.

Pergunta 5: "Quais Ministérios, órgãos, autoridades públicas e atores da sociedade civil participaram das negociações e elaboração do projeto da BR-080? Quando foram iniciadas as tratativas a esse respeito? Onde e quando foram realizadas reuniões sobre o assunto? Solicita-se o envio de cópia das atas e documentos de trabalho de cada uma destas reuniões".

Pergunta 6: "Quais empresas e entidades privadas, brasileiras ou estrangeiras, participaram das negociações e elaboração do projeto da BR-080? Quais os nomes e



Fls. 5 do Ofício Nº 41 G/SG/AFEPA/SASC/PARL

cargos dos representantes destas empresas e/ou entidades privadas que se reuniram com este Ministério para tratar sobre o tema em questão? Onde e quando foram realizadas reuniões sobre o assunto? Solicita-se o envio de cópia das atas e documentos de trabalho de cada uma destas reuniões".

8. Resposta: Os dados específicos devem ser solicitados ao Ministério da Infraestrutura, pois esta Pasta deles não dispõe.

Pergunta 7: "A FUNAI esteve envolvida no processo em questão? Este Ministério possui algum tipo de coordenação com este órgão? Se sim, houve alguma orientação da FUNAI sobre o projeto da BR-080? Solicita-se cópia de toda a comunicação deste Ministério com a FUNAI nos últimos 5 anos".

9. Resposta: O MRE mantém a coordenação institucional cabível com a FUNAI, com vistas à atuação temática no plano internacional. No caso em tela, esse contato restringiu-se, basicamente, à participação em reuniões para elaboração da resposta à denúncia acolhida pelo CERD a respeito da BR-080 e outros assuntos.

Pergunta 8: "Quais procedimento de licenciamento ambiental e laudos antropológicos foram requeridos para se terminar a passagem da BR-080 em terras tradicional do povo Xavante? Há estudos acerca do impacto às populações indígenas,



Fls. 6 do Ofício Nº 43 G/SG/AFEPA/SASC/PARL

sua saúde, acesso a recursos naturais, segurança e preservação de sua cultura, com a passagem da BR-080? Qual o impacto deste projeto no vilarejo de Tsõrepréno e pela Terra Indígena Pimentel Barbosa, considerada território sagrado do povo Xavante?"

Pergunta 9: "Solicitamos as cópias dos documentos, atas, bem como a fundamentação produzida pelo corpo técnico deste Ministério para a elaboração do projeto da BR-080, inclusive no que diz respeito a seu impacto socioambiental".

Pergunta 10: "Qual a relação deste projeto com o desenvolvimento do agronegócio na região? E com o desmatamento no estado do Mato Grosso?"

Pergunta 11: "Como este Ministério responde ao boletim número 12 da Rede Xingu+, segundo o qual 11 mil hectares foram desmatados sem autorização na porção mato-grossense da bacia do Xingu entre março e abril deste ano?"

Pergunta 12: "O povo Xavante e outras comunidades tradicionais eventualmente impactadas pela construção da BR-080 foram consultados previamente sobre o referido projeto? Se sim, quando e de que forma? Se não, quando essa consulta será feita?"

10. Resposta: Os dados específicos devem ser solicitados aos Ministérios da Infraestrutura e da Justiça e Segurança Pública, pois esta Pasta deles não dispõe.



Fls. 7 do Ofício Nº 41 G/SG/AFEPA/SASC/PARL

Pergunta 13: "Este Ministério acredita que as determinações da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial estão sendo respeitadas no curso do projeto da BR-080?"

11. Resposta: Como parte em ambas, o Brasil se empenha em respeitar tanto a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial quanto a Convenção 169 da OIT sobre Direitos dos Povos Indígenas. Nesse sentido, mantém contatos regulares com os peritos, para discussão e troca de informações sobre o sistema judicial nacional, bem como sobre legislação acerca de direitos políticos e econômicos, e participa normalmente de reuniões sobre os referidos instrumentos.

12. Com relação à BR 080, cabe assinalar que as obras sequer tiveram início. As consultas com as comunidades indígenas estão em andamento, e o traçado final da rodovia ainda está sob estudos.

13. Em particular, no que diz respeito à Convenção OIT 169 (1989), que substituiu a Convenção OIT 107 (1957), o Governo mantém legítimo esforço de diálogo, no que se fundamentam a cidadania e o pluralismo brasileiros (art. 1º, II e V da Constituição Federal). O conhecimento e o debate sobre eventuais obras de



Fls. 8 do Ofício Nº 41 G/SG/AFEPA/SASC/PARL

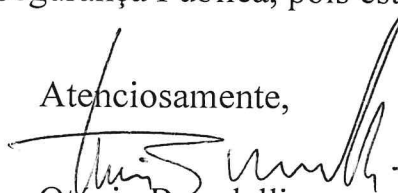
infraestrutura próximas a comunidades indígenas não estão confinados aos foros diplomáticos, somando-se a outros esforços no âmbito do Governo.

14. Ademais, como cidadãos, os indígenas participam das decisões estatais e, em casos especiais, o fazem mediante consulta específica, na forma de oitiva. No estágio normativo atual da matéria, a oitiva das comunidades indígenas e tribais é feita por meio de consulta, de boa fé, que busca o entendimento e o acordo, conforme estabelece o Artigo 6º da Convenção 169 da OIT.

Pergunta 14: "Este Ministério está tomando alguma medida para suspender a construção da BR-080 até que as comunidades indígenas sejam consultadas de modo livre, informado e prévio, em conformidade com o direito brasileiro e internacional, conforme solicitado pelo CERD?"

15. Resposta: Os dados específicos devem ser solicitados aos Ministérios da Infraestrutura e da Justiça e Segurança Pública, pois esta Pasta deles não dispõe.

Atenciosamente,



Otávio Brandelli

Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores